



SENADO FEDERAL
Gabinete Senadora Teresa Leitão

REQUERIMENTO Nº DE - CE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a Valorização dos/as Profissionais da Educação à luz dos desafios atuais do país.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- representante da CNTE;
- representante da ANFOPE;
- representante do ANDES;
- representante da ANPAE;
- representante da CONTEE;
- representante da ANPED;
- representante da UNDIME;
- representante do CONSED;
- representante da CNM;
- Senhor Celso Niskier, Presidente do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular.

JUSTIFICAÇÃO

As lutas sociais e sindicais, ao longo da nossa história, ratificam a concepção de valorização dos (as) profissionais da educação básica e superior, considerando a articulação e a indissociabilidade entre a formação inicial e a continuada, abrangendo, ainda, carreira, remuneração, saúde e condições de trabalho.

Há no contexto da valorização de tais profissionais (inclusive nas

Referências consolidadas no Documento Final da Conferência Nacional Popular de Educação de 2022) questões mais objetivas, tais como: regime de trabalho, cuidados de saúde, piso salarial profissional, carreira, concurso público, formação inicial e continuada. Há, também, pontos de atenção em relação às condições de trabalho (equilíbrio entre número de alunos por ano/série/turma e professor, por exemplo), à autonomia pedagógica, ao tempo de planejamento extra escolar com jornada digna, e ao cumprimento legal do 1/3 de planejamento; além da participação nos processos decisórios vinculados à educação.

Há, também, a dimensão subjetiva que *“abarca o reconhecimento social e a dignidade profissional; a saúde em sua integralidade; a autonomia, a liberdade e a possibilidade de realização profissional, o que implica em validar a autonomia e a autoria no fazer pedagógico da escola, garantindo os preceitos da Constituição Federal, que asseguram liberdade de cátedra aos profissionais da educação, conforme as diretrizes da gestão democrática, da qualidade social e do acesso e permanência das crianças e dos estudantes”* (CONAPE, 2022, p.50).

No caso de nosso principal instrumento de planejamento, que é o Plano Nacional de Educação (PNE) há algumas importantes previsões que devem fortalecer a valorização profissional. A Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação, a equiparação do rendimento médio dos (as) profissionais do magistério ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente e a existência de Planos de Carreira para os (as) profissionais da educação, entre outras medidas estruturais.

É, portanto, imperativo legal e compromisso indelével que os sistemas de ensino devem promover a valorização dos (as) profissionais da educação, orientando-se pelas múltiplas dimensões desta necessidade ética para a melhoria da qualidade social da educação, em todos os níveis, etapas e modalidades.

Resgatadas estas breves considerações, ensejadoras de inúmeras discussões e encaminhamentos na aplicação de políticas públicas, convidamos os/

as nobres parlamentares no sentido de apoiarem a realização desta atividade em torno de assunto do mais alto interesse público.

Sala da Comissão, 8 de março de 2023.

Senadora Teresa Leitão
(PT - PE)

